

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 14 DE MARÇO DE 2008

Estabelece normas de participação de servidores em eventos de qualificação de pessoal.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE PERNAMBUCO - ARPE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer que a participação dos servidores em cursos de capacitação e aprimoramento de pessoal, congressos, seminários e eventos similares, deverá obedecer ao disposto na presente Resolução.

Art. 2º. O processo de solicitação para participação em cursos, congressos, seminários e similares somente terá início mediante indicação da respectiva Coordenadoria, na qual serão detalhadas a sua natureza, finalidade e, sobretudo, a compatibilidade entre o curso e as atividades desenvolvidas na Agência, demonstrando-se a necessidade e adequação para o servidor beneficiário do evento.

Art. 3º. A indicação, com parecer de algum dos Diretores, deverá ser dirigida à Diretoria Administrativo-Financeira que, após analisar a sua compatibilidade com o planejamento de qualificação de pessoal e o seu enquadramento orçamentário-financeiro, emitirá parecer e o encaminhará à Presidência para decisão final.

§ 1º. Eventualmente, em função da premência de tempo que exija uma decisão urgente, a inscrição e participação do servidor poderão ser autorizadas diretamente pela Presidência.

§ 2º. Em caso de deferimento, o processo deverá retornar à Diretoria Administrativo-Financeira para a adoção, se for o caso, das providências no que diz respeito à inscrição, passagens, concessão de diárias etc., que encaminhará o processo à Coordenadoria Jurídica para elaboração do Termo de Compromisso do servidor, quando ocorrer despesas e tempo de duração que o justifiquem.

Art. 4º. Depois de concluída a participação do servidor no evento autorizado, o mesmo deverá apresentar à sua respectiva Coordenadoria, com cópia para a Diretoria Administrativo-Financeira, relatório sucinto, no qual deverá constar, necessariamente, a sua avaliação sobre a consistência, oportunidade e importância do evento, bem como uma análise sobre o aproveitamento pessoal do conteúdo exposto e a possível repercussão quanto a sua qualificação pessoal na matéria desenvolvida.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 14 de março de 2008

RANILSON BRANDÃO RAMOS
Diretor Presidente

FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeiro

GUILHERME CALDAS BAHIA SILVA
Diretor de Regulação Técnico-Operacional

IVAN RODRIGUES DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro